

A ODEBRECHT E A PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA MANDIOCULTURA NO BAIXO SUL E RECÔNCAVO BAIANO

Felix Souza Santos¹

Resumo

Discute essencialmente aspectos referentes a mandiocultura numa região limítrofe entre o Recôncavo Sul e o Baixo Sul baiano. Considera as origens da mandiocultura e sua presença como item básico da alimentação e economia agrícola dessa região; a industrialização do beneficiamento da mandioca para obtenção de farinha de mesa, amidos naturais processados através da fábrica de farinha da Cooptan – cooperativa de produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves, município de Presidente Tancredo Neves, no Baixo Sul, e Bahiamido – fecularia instalada no município de Lage, Recôncavo baiano, pertencente às empresas Odebrecht; discute-se ainda a organização cooperada dos produtores de mandioca dessa região através da Cooptan e Coopamido - cooperativa dos produtores de amido da Bahiamido. Partiu-se de análise bibliográfica interdisciplinar referente a mandiocultura, privilegia aspectos relacionados às relações sociais de produção no conjunto da cadeia produtiva da mandioca, faz-se referências ao Estado como mediador do desenvolvimento socioeconômico, especialmente, quando se menciona subsídios governamentais à importação do trigo e farinha de trigo; quando o Estado se faz presente através da Embrapa Mandioca e Fruticultura; e, quando mediador nos processos de instalação da fecularia Bahiamido.

Palavras-chave: Mandioca. Alimentação. Desenvolvimento Socioeconômico no Recôncavo Baiano.

1 A MANDIOCA E A SUBSISTÊNCIA NO RECÔNCAVO BAIANO

A mandioca e, conseqüentemente, a farinha de mandioca, foram fundamentais ao desenvolvimento social, do trabalho e do capital no Recôncavo baiano. A mandioca é planta originária da Bacia Amazônica, presente na América do Sul, Central e Caribe, é uma raiz de feijão dos inhames e batatas (SOUZA, 1978, p. 172), com o advento da colonização mercantil expandiu-se para a África e Ásia, atualmente os maiores produtores mundiais desse tubérculo. Desde o século XVI, a mandioca compõe a base alimentar e da economia agrícola do Recôncavo baiano, essa região definida como a hinterlândia da cidade do Salvador (MATTOSO, 1978, p. 29), seu ciclo produtivo, do plantio à colheita, leva de 12 a 18 meses, mas esse tempo pode ser estendido e a raiz ser conservada na terra até o momento de ser processada e tornar alimento. A mandioca e o aipim pertencem a uma única espécie vegetal –

¹ Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL - (felixsantoss@yahoo.com.br)

Manihot esculenta Crantz. A polinização natural feita por insetos e o intercâmbio de mudas e sementes praticado desde os cultivadores indígenas até os agricultores atuais, contribuíram para a difusão e aperfeiçoamento genético das variedades primitivas. Isto resulta em que uma mesma variedade receba diferentes denominações regionais e exista, atualmente, mais de 4.000 denominações para diferentes cultivares desse tubérculo no Nordeste.

Estudos arqueológicos indicam a presença do cultivo da mandioca na bacia Amazônica há cerca de 3.600 a. C. “Nos refugos da época, foram encontrados fragmentos de bacias de cerâmica denominados “budares” do tipo usado para cozinhar a mandioca amarga” (EMBRAPA, 2005, p. 21). A Mandioca foi mencionada na Carta escrita por Pero Vaz de Caminha em abril de 1500, como alimento básico da população indígena. Gabriel Soares de Souza indicou a Manihot como base da alimentação humana e animal no Brasil: “As raízes da Mandioca comem-nas as vacas, éguas, ovelhas, cabras, porcos e a caça do mato, e todos engordam com elas comendo-as cruas” (SOUZA, 1978, p. 174).

No âmbito da economia agrícola do Recôncavo baiano a mandiocultura esteve sempre vinculada à economia de subsistência, a tradição historiográfica (SAMPAIO, 1925, p. 20), defende que no processo da formação histórica da agricultura brasileira, o elemento fundamental foi a grande propriedade monocultora trabalhada por escravos, este tipo de organização agrária que correspondia à exploração agrícola em larga escala, costumava situar-se em oposição à pequena exploração do tipo camponês, ou de subsistência (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 113), essas duas estruturas produtivas se constituíram esteios centrais da economia agrícola e do desenvolvimento social do Recôncavo baiano. Esse padrão de desenvolvimento, economia de subsistência versus economia de escala, quando aplicado à mandiocultura, permaneceu com poucas alterações até períodos bem recentes para o território em apreço. A importância da mandioca se observa, por exemplo, em Carta Régia de 12 de julho de 1799, constava que para cada quatro casais de novos povoadores vindos da Europa para essas áreas ao sul do Recôncavo, precisavam trazer dentre outros utensílios, uma roda de ralar Mandioca e pequenos alguidares de cobre para cozer a Farinha (FLEXOR, 2004, p. 26). A região conhecida como Cairu, Boipeba, Rio Real, Sergipe de El Rey e, especialmente, áreas meridionais do Recôncavo como Jaguaripe e Maragogipe, especializaram-se no cultivo da Mandioca (SCHWARTZ, 1995, p. 353), características que se manteve até recentemente.

A mandioca foi o principal alimento da Bahia colonial, (STADEN, 2006, p.143), indígenas, negros, brancos, ricos e pobres, dependiam da farinha de mandioca na dieta

cotidiana. A roça de mandioca serviu como um local onde escravos recém-chegados adquiriam conhecimentos sobre as regras e exigências da grande lavoura (SCHWARTZ, 1995, p. 64), e foi componente básico da agricultura nas áreas ao sul do Recôncavo (FLEXOR, 2004, p. 2). A farinha de mandioca foi, por volta de 1625, o principal alimento da tropa sediada na cidade do Salvador, onde cada um dos seus integrantes consumia um arrátel² dessa farinha a cada dia, note-se que o contingente da tropa, em números, variava em torno de 3.000 homens (AZEVEDEO, 1969, p. 309). A dependência social à farinha de mandioca se refletia no costume de alguns senhores permitirem aos escravos plantarem para si pequenas roças de mandioca ou aipim, isto servia para que não padecessem fome nos períodos de escassez de farinha. Gabriel Soares de Souza ao relatar aspectos da sociedade colonial e o cotidiano alimentar do brasileiro, destacou a importância da farinha de mandioca ou “farinha de guerra”, se dizia que “o gentio do Brasil costumava chamar-lhe assim pela sua língua, porque quando faziam a seus contrários algumas jornadas fora de sua casa, se provinham dessa farinha”. E comentou com relação ao aipim, que eram raízes de feijão da mesma mandioca, mas as que mais se estimavam, por serem mais saborosas, eram uns que chamam jerimuns (SOUZA, 1978, p. 178-179). A mandioca está na gênese da formação do Brasil.

A Odebrecht através da Bahiamido iniciou em 2010, no Recôncavo baiano, a exploração da mandioca em escala industrial. A relevância histórica da mandiocultura para o Recôncavo está na gênese do desenvolvimento socioeconômico desse território, a atividade mandioqueira fez da farinha de mandioca uma mercadoria de duplo caráter, destacadamente, por seu valor de uso, e valor de troca, como valor de uso, foi a base da alimentação; como valor de troca, foi e ainda é mercadoria imprescindível nas feiras e mercados de toda essa região.

2 A COOPTAN E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DA MANDIOCA

Com proposta de oferecer ao consumidor final produtos alimentícios agrícolas rastreáveis, certificados, produzidos com respeito ao meio ambiente, numa perspectiva de inclusão produtiva e social de famílias agrícolas cooperadas, e com vistas a contribuir na constituição de uma classe média rural mandiocultora. Assim os líderes educadores

² Arrátel, antiga unidade de peso, equivalia a 459 g, ou 16 onças (FERREIRA, 2010, p. 65)

apresentam a Cooptan aos visitantes³, assim também informa sua página institucional *web*. A Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Cooptan) localiza-se na Fazenda Novo Horizonte, BR 101 - Km 315, município de Presidente Tancredo Neves⁴. A Cooptan iniciou suas atividades em 1993, com apoio das Organizações Odebrecht e da Embrapa direciona suas ações ao apoio técnico e educacional à produtores familiares dedicados especialmente aos cultivos de mandioca e banana, além de abacaxi, graviola, mamão, criação de suínos em cativeiro, itens característicos da economia agrícola dessa região. Em contínuo processo de expansão e modernização da produção, em abril de 2015 a Cooptan atuava em 9 municípios e abrangia 99 comunidades de produtores no entorno do município sede.

A ampliação da área de abrangência da Cooptan ocorre, destacadamente, quando produtores procuram a cooperativa e demonstram interesse em se associar ou quando técnicos da Cooptan identificam possibilidades de parcerias. Quando há interesse mútuo entre produtor e cooperativa esta oferece insumos, horas de trator para gradar e arar a terra, apoio técnico desde a preparação do solo até o cultivo da mandioca. Realizado o plantio, posteriormente, o agricultor agenda a colheita junto à cooperativa que recebe as raízes da mandioca e inicia o processamento industrial com lavagem, descasca, classificação, tritura, prensagem e pré-secamento para extração da manipuera, cozimento ou torrefação, torrada a massa obtém-se a farinha, esta é peneirada e embalada em sacos de 1 kg compondo fardos de 30 kg, após isto a farinha de mesa pronta para o consumo é transportada em caminhões até os pontos de venda.

O faturamento bruto da Cooptan estimado para 2015 era de doze milhões de reais, a base da produção cooperada é o cultivo da mandioca para utilização como farinha de mesa, essa farinha era produzida até abril de 2015 em instalação industrial bem diversa das tradicionais casas de farinha dessa mesma região (SANTOS, 2013, p. 30-33). A fábrica de fazer farinha da Cooptan possuía capacidade de processar 8 toneladas de mandioca por dia,

³ Como parte extensiva do Curso de Processamento da Mandioca, oferecido pela Embrapa Mandioca e Fruticultura, Cruz das Almas, Ba., de 6 a 10 de abril de 2015, fez-se visita guiada às áreas de cultivo de mandioca da Bahiamido e da Cooptan, informações oferecidas naquele oportunidade por Rubens Melo, representante da feclaria e encarregado de acompanhar os cursistas, juntamente com informações institucionais obtidas nos sites da Bahiamido (www.bahiamido.com.br), Coopamido (www.coopamido.com.br), assim como informações dadas por Jamile ... encarregada de prestar informações aos cursistas em nome da Cooptan (www.cooptan.com.br) além de periódicos e informes, subsidiam as informações mencionadas neste artigo.

⁴ O município de Presidente Tancredo Neves emancipou-se do município de Valença em 24 de fevereiro de 1989, se estende por 417, 2 km², integra o território de Identidade Baixo Sul juntamente com os municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.

fazia a torrefação em forno aquecido à lenha e assim funcionou até o início de 2015. Ante a necessidade de ampliação e modernização da estrutura fabril e, contando com apoio institucional das Organizações Odebrecht, do Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) e, financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), iniciou-se em 2014 a construção de uma nova fábrica com custo de instalação estimado em seis milhões de reais. Essa nova fábrica de fazer farinha possui forno aquecido a gás e capacidade de processar 40 toneladas de mandioca por dia, demanda uma oferta maior de matéria-prima, estimula a produção regional e pode contribuir na difusão de conhecimentos tecnológicos na cadeia produtiva, priorizando a produção de farinha de mesa, fécula, massa de aipim, massa de puba e, reaproveita-se como ração animal ou adubo orgânico os resíduos resultantes do processamento da mandioca, elementos verificados na produção anterior e aperfeiçoados na nova estrutura fabril.

A produção industrial da farinha de mandioca com maior aporte de ciência e técnica (SANTOS, 2008, p. 52), conseqüentemente, maior profissionalização do produtor rural, agrega novos valores à cadeia produtiva da mandioca e aproxima os ritmos da produção tradicional aos ritmos da produção em escala industrial, atualiza as forças produtivas e aproxima antigas relações sociais de produção às demandas do mercado. No âmbito da circulação da produção há convênios com a rede de supermercados Wall Market e Empresa Baiana de Alimentos (EBAL) que adquirem a maior parte da produção dos derivados da mandioca e frutas produzidos pela Cooptan. No âmbito do consumo tem-se uma mercadoria que atende as especificações técnicas e sanitárias indicadas à produção de alimentos para consumo humano. Não obstante, entender-se que o aporte de ciência e técnica aplicadas à produção da farinha possa resultar em perder-se um saber tradicional acumulado em cinco séculos de mandiocultura nessa região, o uso da técnica industrial induz a perda do simbolismo social da produção artesanal de farinha, a produção industrial tende a tornar esse um processo de relações materiais entre pessoas e de relações sociais entre coisas (HARVEY, 2013, p. 86). Porque ao mandiocultor que produz artesanalmente a farinha e nesse fazer reproduz saberes sociais ancestrais, têm-se trabalhadores assalariados e equipamentos industriais tendentes a produzir novas formas de opressão e divisões sociais do trabalho.

A necessidade de aperfeiçoar a produção agrícola acompanha o próprio desenvolvimento das sociedades humanas desde os processos de coleta e caça, cultivo e criação, até a produção em escala agroindustrial (ALENCAR, 2008, p. 92). No âmbito das



relações sociais de produção cooperadas, “quando pessoas se associam para coordenar serviços humanos para o fim de obter bens” (WEBWR, 2004, p.72), esse também não é um aspecto recente no contexto da produção agrícola baiana, note-se que o governador da Bahia, José Marcelino de Souza (1904-1908), estimulou a organização de proprietários de terras em sindicatos e cooperativas de crédito e, patrocinou a criação e instalação do Banco de Crédito da Lavoura da Bahia, em 1905, “instituto de feição cooperativa, único no gênero, em todo o país, naquela época, pois só o lavrador nele cooperava e para ele concorria com o seu tributo” (SOUZA, 1958, p. 47). Esse mesmo governador José M. de Souza, procedeu a uma “remodelação radical do ensino profissional agrícola, inaugurado em São Bento das Lages, em 6 de maio de 1907, nos moldes essencialmente práticos, contrastando com o anterior doutoresco” (SOUZA, 1958, p. 46). Naquele início de século XX, como observa Santos (2013), o ensino técnico agrícola era creditado como instrumento capaz de modernizar as práticas agrícolas e contribuir na superação da crise que afetava a economia de exportação baiana. Posteriormente, entre 1930 e 1960, verificaram-se no Brasil experiências no âmbito do ensino técnico agrícola, mas a conjuntura política ditatorial do período 1964-1985 limitou o avanço dessa modalidade de ensino, ao final dos anos 1980 iniciativas privadas, movimentos sociais e governos retomam esse modelo de Escola Familiar Rural a exemplo do que se verifica atualmente na Cooptan.

Essa nova experiência educacional de âmbito privado surgiu com o apoio das Organizações Odebrecht que estimula a formação de uma classe média rural dedicada à mandiocultura nessa região (INFOAMIDO, 2014, p. 4), posteriormente juntaram-se ao projeto da escola o Governo da Bahia, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES) e Associação de Municípios do Baixo Sul da Bahia (AMUBS), Instituto Ayrton Sena, Fundação Kellog, Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caixa Econômica Federal. A Cooptan disponibiliza aos seus associados a Escola Familiar Rural integrada a Casa Familiar Rural, situam-se na Fazenda Novo Horizonte mesmo local onde está localizada a sede da Cooperativa. Essa escola e casa familiar rural são instituições qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), formada por uma Associação de Pais e Produtores Rurais integrantes da Cooptan. Fundada em agosto de 2002, iniciou as ações em junho de 2003. A Escola Familiar Rural com capacidade para 35 alunos ministra o ensino médio com formação em técnico agrícola através da pedagogia da alternância, essa



metodologia educacional possibilita ao estudante morar e estudar na escola uma semana - entre segunda-feira e sai sábado - e, três semanas em casa praticando com sua família as técnicas agrícolas estudadas. A idade mínima para ingresso à escola é 14 anos, admitem-se meninos e meninas, estes dormem em casas distintas estudam e trabalham coletivamente, têm-se biblioteca, laboratórios de análises física e química do solo e acesso a internet. Estuda-se de 7 às 12 h, pratica-se das 13 às 17h40min, cada aluno dispõe de bolsa auxílio financeiro, um notebook e outros materiais de apoio didático. No processo seletivo para ingresso no ano de 2015 inscreveram-se mil candidatos para as 35 vagas oferecidas pela instituição.

Nessa escola pratica-se a educação e trabalho rurais no contexto de ações cooperadas direcionadas a profissionalização da cadeia produtiva da mandioca. Observa-se a proposta de desenvolvimento agrícola centrada em três pontos: o saber tradicional, a educação que adiciona novos saberes, e a nova fábrica\forma de se produzir derivados da mandioca. Note-se que a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros publicada em 1958 e elaborada a partir de informações obtidas no censo geográfico de 1950, mencionava a produção agrícola como fundamental à economia de Valença, que “tinha seu maior volume na lavoura de mandioca da qual é um dos maiores produtores do Estado da Bahia. (EMB, 1958, Vol. 21, p. 411). Note-se que o município de Tancredo Neves teve sua área desmembrada do município de Valença, a mesma EMB indicava que Valença se limitava com o município de Lage, sede atual da Bahiamido e Coopamido. Intui-se que além do propósito de formar uma classe média rural haja interesses corporativos em se preparar as bases para a produção da mandioca em larga escala para atender demandas industriais, evidências disso foi a instalação no município de Lage, em 2010, da Bahiamido, atualmente a principal referência em processamento industrial da mandioca na Bahia. Denota-se que a tradição local na mandiocultura cria possibilidades de ampliação do seu cultivo através da profissionalização de produtores familiares que se disponham a produzir de acordo com interesses e demandas da cooperativa, esta apesar da presença e suporte de instituições governamentais aos processos produtivos e educacionais sustenta-se basicamente no apoio privado e é economicamente auto-sustentável.

Agricultura familiar produz 70% da alimentação dos baianos (LESSA, 2014). A presença da Odebrecht patrocinando a agricultura familiar através da Cooptan e Coopamido adiciona novas demandas à produção agrícola regional, aproxima o capital e os interesses corporativos à mandiocultura, abre espaços para novas relações sociais de produção impostas ao território. Entretanto, a exemplo da economia açucareira, sabe-se que os avanços nas

relações do capital sobre o território e o trabalho costumam deixar marcas indeléveis aos entes explorados, àqueles que historicamente produziam com a natureza o que necessitavam para viver.

3 A BAHIAMIDO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA MANDIOCA NO RECÔNCAVO BAIANO

Decorridos quarenta anos do Projeto Mandioca, a Odebrecht (conglomerado industrial surgido na Bahia na década de 1940, atua em vários setores econômicos dentro e fora do Brasil), construiu no município de Lage, Recôncavo baiano, uma estrutura agroindustrial para produzir amido (também conhecido como fécula ou goma) de mandioca em escala industrial e fornecê-lo, natural ou modificado, como matéria-prima de uma série de produtos abrangidos por petroquímicos, colas industriais, bebidas, farmacêuticos, cosméticos e alimentação humana. Para atender a demanda de matéria-prima a Bahiamido fomentou a criação de uma cooperativa composta por pequenos produtores de mandioca do município de Lage, estes recebem sementes e assistência técnica e, em contrapartida, vinculam sua produção à Bahiamido Serviços Agroindustriais S.A. A Bahiamido é uma companhia agroindustrial fundada em 11 de março de 2010 pelo empresário Norberto Odebrecht e pela investidora Kieppe Participações e Administração Ltda., também vinculada às empresas Odebrecht. A fecularia possui estrutura capaz de processar 300 t/dia de mandioca, processava no começo de 2015 em torno de 100 a 150 t/dia em face da carência de matéria-prima local. A Bahiamido entende o amido da mandioca como estratégico ao mercado, há demanda para esse insumo vegetal natural capaz de atender a um amplo setor produtivo (INFOAMIDO, 2014, p.10). Atualmente a Bahiamido é a principal produtora de amido extraído da mandioca e, principal referência industrial na cadeia produtiva da mandioca no Recôncavo baiano.

A consolidação da Bahiamido como empreendimento agroindustrial indica a penetração de nova ordem espacial em um território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 289), historicamente caracterizado pela mandiocultura de subsistência. E denota alianças históricas no âmbito das relações do capital com o Estado, este se apresenta como financiador do empreendimento e faz a regulação do capital no território ao fornecer licenças ambientais e outros condicionantes à exploração da força de trabalho e dos recursos naturais no território abrangido pelo empreendimento. As áreas de cultivo contam também com suporte técnico da

Embrapa Mandioca e Fruticultura que mantém cultivos experimentais em terras da Bahiamido. Essas alianças evidenciam relações históricas entre o Estado e o capital nos processos de crescimento e amadurecimento do capitalismo, porque, “a noção de que o capitalismo alguma vez funcionou sem o envolvimento estreito e firme do Estado é um mito que merece ser corrigido” (HARVEY, 2006, p. 92). A produção de mandioca na modalidade agroindustrial resulta, também, em novas formas de uso territorial e do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 135), produz o assalariamento do trabalhador rural que migrou para a atividade fabril, aproxima as relações trabalho-capital, interfere-se no conjunto das relações sociais de produção com o propósito de sincronizar a cadeia produtiva da mandioca do entorno do município de Laje aos ritmos da demanda industrial da feccularia.

Situado no Recôncavo baiano, o município de Laje, dista 226 km da cidade do Salvador, é cortado pela BR 101, às margens da qual se localiza o complexo agroindustrial da Bahiamido, onde a mandioca é cultivada dentro de padrões agroindustriais: uso intensivo de maquinário agrícola, sementes selecionadas, acompanhamento técnico – cada lote cultivado dispõe de um técnico agrícola que faz o monitoramento do desenvolvimento da planta do plantio à colheita - rigidez às normas de higiene e segurança, rastreabilidade dos produtos por meio de plataforma de dados que oferece indicadores produtivos, ambientais e sociais à produção e garante qualidade técnica ao amido produzido (INFOAMIDO, 2014, p. 10). A planta industrial e as áreas de plantação buscam atender aos requisitos legais de preservação das nascentes dos rios, reserva legal de vegetação nativa e preservação ambiental, nas propriedades vinculadas à produção industrial da referida empresa evidenciando renovações nas forças produtivas com acréscimos de ciência e técnica característicos de formas recentes de uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 93). Neste caso, considerem-se acréscimos de ciência e técnica adotados pela Bahiamido, comparativamente às formas tradicionais de cultivo: mão-de-obra familiar e uso da enxada como instrumento de trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Censo de 1950, e tendo como critério de localização a adoção de Zonas Fisiográficas, publicou em 1958 a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (EMB). Naquele momento, o município de Laje localizava-se na zona fisiográfica de Jequié, “limitava-se com os municípios de São Miguel das Matas, Santo Antônio de Jesus, Aratuípe, Valença, Jequiriçá, Ubaíra, Amargosa, Mutuípe e Jaguaripe” (EMB, 1958, Vol. 20, p. 386). A EMB indica que no âmbito das atividades econômicas a maior fonte de renda do município de Laje provinha da mandioca e do café,



merecendo relevo especial as culturas do fumo e cacau. O município não dispunha de indústrias, “só merecendo a classificação de “indústria caseira”, como o era o fabrico da farinha de mandioca, realizado a través de numerosas casas de farinha” (EMB, 1958, Vol. 20, p. 387). Note-se que mandioca, cana, café, cacau e fumo compunham a base da economia agrícola do Recôncavo até a década de 1960 (SANTOS, 2013, p. 17), que a produção agrícola centrada no cultivo da mandioca ainda é fundamental à estrutura socioeconômica dessa região inclusive por demandar poucos recursos tecnológicos à produção familiar da farinha.

O Recôncavo é uma região de tradição mandioqueira, a constituição de uma região se caracteriza como soma de processos orgânicos mediados pelas condições sociais, econômicas, políticas, ambientais e históricas (SANTOS, 2004, p. 246). Nesse sentido, a partir de acúmulos de processos históricos essa região construiu um saber, uma experiência social em mais de quatro séculos de mandiocultura que resulta neste momento no município de Lage em dois modos de se produzir mandioca: a produção de subsistência destinada ao consumo social e comercialização da farinha - uso e troca; e a agroindústria da Bahiamido. Há um caráter capitalista na forma como a feccularia explora a mandioca, exclusivamente como insumo industrial, produz-se para o mercado. Entende-se mercado “quando pelo menos por um lado há uma pluralidade de interessados que competem por oportunidades de troca” (WEBER, 1999, p. 419). Até a chegada da Bahiamido no município de Lage em 2010, a totalidade do cultivo de mandioca local se destinava a fabricação de farinha de mesa. A necessidade de organizar a produção para suprir a demanda de matéria-prima, fez com que em 2009 a Bahiamido organizasse alguns produtores locais na Coopamido - Cooperativa de Produtores de Amido de Mandioca do Estado da Bahia (INFOAMIDO, 2014, p. 4). A indústria incentivava aos produtores rurais a organização cooperativada com vistas a dispor de matéria-prima à demanda fabril; em contrapartida prometia desenvolvimento econômico e profissional, assistência técnica e sementes sem custos adicionais a exemplo do pagamento de *royalties* sobre patentes das sementes ofertadas. Permitia-se ao lavrador cooperado ou associado cultivar com mandioca sua própria terra, sendo ele proprietário, ou cultivar um lote das terras pertencentes a Bahiamido, estabelecia-se em contrato as respectivas relações de produção.

Como indicado em Santos (2013), a organização de cooperativas e sindicatos patronais rurais no Recôncavo já era notada no início do século XX, Joaquim Ignácio Tosta presidente da Sociedade Baiana de Agricultura defendia a organização dos proprietários rurais em sindicatos e cooperativas de crédito agrícola. Há um histórico de tentativas de se organizar cooperativas

rurais no Recôncavo. Presentemente, a Odebrecht entende a organização cooperada dos produtores de mandioca dessa região como “um modelo estratégico de negócio na cadeia produtiva da mandioca (INFOAMIDO, 2014, p. 4). A Coopamido nasceu em abril de 2009, com 25 sócios fundadores residentes no mesmo município, as atividades tiveram início em junho do mesmo ano. A cooperativa contava em abril de 2015 com 109 associados em 20 propriedades, sendo estas compostas de terras próprias ou cultivadas em forma de parcerias, a área abrangida em abril de 2015 totalizava 1.142,16 hectares, com produtividade em torno de 23 toneladas por hectare, evidência do uso de ciência e técnica na produção; comparativamente, na mandiocultura regional fora do âmbito da Coopamido extrai-se geralmente em torno de 15 t\ha.

A necessidade de suprimento de mandioca para atender a demanda industrial força a ampliação da área de abrangência da Coopamido que em abril de 2015 já desenvolvia atividades nos municípios de Lage, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, Conceição do Almeida, Castro Alves, São Miguel das Matas, Valença e Jaguaripe (INFOAMIDO, 2014, p. 4). Dessa forma, ampliam-se extensões apropriadas e usadas do território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 19), amplia-se o leque de fornecedores privados ou cooperados, ao tempo em que busca ampliar territórios sob domínio privado próprio como garantia de oferta regular de mandioca à capacidade operacional da empresa. Justifica-se a noção na qual “A territorialização constitui-se num processo que se afirma pelas tensões decorrentes da apropriação da natureza, direta (mundo rural) ou indireta (mundo urbano)” (ALENCAR, 2008, p. 53). Nota-se a agroindústria subordinando o território e as relações sociais de produção às demanda do mercado, o caráter de agroindústria adotado pela Bahiamido se evidencia na dimensão da área de domínio privado próprio, a feclaria possuía em abril de 2015, 2 mil hectares cultivados com mandioca comparativamente, os pequenos produtores locais cultivam 5 a 10 hectares. A fabricação de amido no Recôncavo permite à Bahiamido dispor de vantagens adicionais: a mandioca ainda não ser uma commodity no mercado baiano, não depender de concorrência regional imposta por empresas estrangeiras sobre a produção e comércio da mandioca, comparativamente a outros cultivos agroindustriais a mandioca é adaptada ao solo e clima locais, não ocorre quebra de safra significativa por eventos climáticos nessa região, comparativamente a outras amiláceas a mandioca resulta em um amido de melhor qualidade e facilidade de reação porque os grânulos do amido de mandioca não têm resíduos de óleo. E no âmbito dos impactos ambientais, na mandiocultura a maior parte do controle de pragas e doenças ainda é possível através de controle biológico e cultural, com pouco uso de agrotóxico; a mandioca



pode ser armazenada no solo sem alterações substanciais na produtividade, vantagem que permite planejamento e escalonamento de produção de acordo com as necessidades de processamento empresarial. E apesar de demandar mão-de-obra superior comparativamente a outras culturas, busca-se constantemente adaptar-se maquinário específico ao seu cultivo e manejo. Na modalidade agroindustrial um hectare de mandioca produz entre de 25 e 30 toneladas de raízes e mais 10 a 20\text{t} de subprodutos (folhas, ramas e cepas) utilizáveis como complemento de ração animal o que torna seu cultivo economicamente viável e Embrapa - mandioca e fruticultura - desenvolve atualmente um vasto programa de pesquisas: Projeto Reniva, dedicado a aperfeiçoar cultivares da mandioca para a produção específica de amido, ramas, farinhas e outros derivados de acordo com as demandas de cada produtor.

Finalmente, entende-se que num contexto de produção familiar ou de subsistência o mandiocultor trabalha e produz em sintonia com os ritmos climáticos e apreço ao meio ambiente, seu trabalho tem antes um valor social que valor de mercado. Entende-se que o conjunto das forças produtivas e das relações sociais de produção de uma sociedade se renova constantemente e nesse processo produzem-se acúmulos de conhecimentos centenários. A apropriação desse conhecimento e outros condicionantes possibilitam atualmente produzir derivados da mandioca para atender demandas industriais. Deseja-se que haja a profissionalização da cadeia produtiva da mandioca extensiva ao pequeno produtor, que se efetivem parcerias entre agricultores, fornecedores de equipamentos industriais, centros de pesquisas, indústrias regionais de processamento da mandioca, que seja socializada a assistência técnica e os conhecimentos produzidos nos centros de pesquisas mantidos pelo poder público. Que assim se proceda respeitando-se os saberes culturais do cultivo de mandioca local.

Ao indicar a baixa oferta de mandioca ante a capacidade de processamento industrial da Bahiamido, isto pode estar relacionado às formas como se estabelecem os vínculos entre o produtor rural, cooperado ou não, e o agente industrial fomentador da atividade produtiva. Ao oferecer ao produtor rural sementes e assistência técnica vinculadas à aquisição da mandioca impõe-se a racionalização da produção, a modernização forçada de antigas práticas produtivas; impõe-se vínculos contratuais, obrigações contratuais, subordinações contratuais estranhas ao modo como tradicionalmente se exerceu a atividade mandiogueira local; garante-se ao produtor rural a certeza de escoamento da sua produção, mas cria vínculos de subordinação ainda incompatíveis com uma experiência centenária de agricultura de subsistência, experiência construída distante dos centros acadêmicos e de pesquisas. Mesmo

que assentada em relações de produção cooperadas observa-se a imposição de relações de mercado, de economia de escala, onde historicamente prevaleceram relações de produção autônomas. Ante o impasse entre a capacidade de processamento instalada e a oferta de mandioca disponibilizada pelos cooperados vinculados a Bahiamido, a tendência observada é de ampliação das áreas cultivadas sob responsabilidade da feclaria, para que não haja dependência direta junto aos pequenos produtores ou cooperados. Não se concretizaram as promessas entre usineiros e fornecedores de cana cooperados no Recôncavo açucareiro no início do século XX, prevaleceu o aumento da área cultivada sob domínio próprio dos usineiros e a extinção dos pequenos fornecedores privados de cana. As relações sociais de produção estabelecidas entre a Bahiaamido, Coopamido e fornecedores privados é ainda uma história em construção, os embates entre capital e trabalho serão inevitáveis. Desse embate entre capital, forças produtivas e relações sociais de produção a História é fiel testemunha.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pinto de. **Mandioca: pão do Brasil**. Rio de Janeiro. Civ. Brasileira, 1982.
- ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. SCHWEIZER, Peter José. (Orgs.) **Transformações territoriais: de rural a metropolitano**. Campinas, SP: Alínea, 2008.
- AZEVEDO, Thales de. **O Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador. Itapuã, 1969.
- BAHIA. **Secretaria da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas do Governo do Estado da Bahia**, Boletim, 1900 a 1908.
- BAHIAMIDO <<http://www.bahiamido.com.br>>. (Acesso em; 10 mai. 2015).
- BRASIL. EMBRAPA. **Mandioca, o pão do Brasil**. Brasília, 2005.
- BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21, p. 321- 324.
- BRASIL, UFBA (Universidade Federal da Bahia). Brascan Nordeste. **Projeto mandioca – Série Pesquisa**. Cruz das Almas. UFBA – Escola de Agronomia, 1973.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da Alimentação no Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Global, 2008.
- CONCEIÇÃO, Antônio José da. **A Mandioca**. 3ª ed. São Paulo, Nobel, 1987.

CONCEIÇÃO, Antônio José da. **Projeto mandioca**. Universidade Federal da Bahia – Escola de Agronomia – convênio UFBA\ Brascan Nordeste. Cruz das Almas. Bahia, 1974.

COOPAMIDO <<http://www.coopamido.com.br-institucional>>(Acesso em 10 mai, 2015).

COOPTAN <<http://www.cooptan.com.br - institucional>> (Acesso em 5 de jun. 2015).

DIÁRIO DA BAHIA. **Sociedade Baiana de Agricultura**. Bahia, 24. jan. 1903, p. 02.

EMBRAPA <www.cnpmf.embrapa.br> (Acesso em 10 de jun. 20015)

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Evolução histórica do Baixo Sul na formação da economia do Recôncavo Sul da Bahia**. In: ODEBRECHT, Norberto. Desenvolvimento sustentável, a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2004, parte 1, cap. 1, p. 31-69. (Série Construindo os Recursos de Amanhã, 5).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário de língua portuguesa**. 8ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GRAMACHO, Ivan da Costa. Pinto. e, ALMEIDA, Dailton Gomes de. **Programa para o cultivo da mandioca**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Série miscelânea Nº 3. 1994.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Trad. Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

INFOAMIDO. **Informativo da Cooperativa Estratégica do Amido**. Laje, Ba. 7ª ed. 2014.

LESSA, Claudia. **Agricultura familiar é responsável por 70% dos produtos da alimentação dos baianos**. In. A Tarde, Salvador, Bahia, 29.12.2014. Cad. Municípios , p. 2.

MARIANI, Clemente. **Análise do Problema Econômico Baiano**. In revista Planejamento, vol. 5 nº 4, Salvador, outubro/dezembro, 1977.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **A Cidade de Salvador e Seu Mercado no Século XIX**. São Paulo, Hucitec, 1978.

RAMOS, Eduardo Lacerda; LINS, Everton Ramos. **Aspectos da produção e comercialização de mandioca no estado da Bahia**. In. CONCEIÇÃO, Antônio José da. Projeto Mandioca. Universidade Federal da Bahia – Escola de Agronomia – convênio UFBA\ Brascan Nordeste. Cruz das Almas. Bahia, 1975.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **O abastecimento de Farinha na cidade de Salvador; aspectos históricos**. 1982. 164 f. Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982. (datilog.).



SANTOS, Felix Souza. **Crise agrícola no Recôncavo Baiano (1890-1910): Município de São Felipe/ Bahia.** 2013. 154 f. Dissertação apresentada ao Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2013.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Gabriel S. de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SOUZA, Maria Mercedes Lopes de. **José Marcelino de Souza e sua obra administrativa no São Francisco.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1958.

STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

TAKAHASHI, Mário. FONSECA JÚNIOR, Nelson da. TORRECILLAS, Sônia Martins (Orgs). **Mandioca no Paraná: antes, agora e sempre.** Curitiba: IAPAR, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensível**. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora da UNB: São Paulo; Oficial do Estado de São Paulo, 1999.